



Tecendo Falas e Problematizando Olhares no Cotidiano Escolar: a Compreensão dos Alunos do Ensino Médio no Estudo das Religiões Afro-Brasileiras

Lueci da Silva Silveira¹

Resumo: Este artigo aborda uma reflexão e compreensão dos alunos do Ensino Médio da Escola Técnica Estadual Senador Ernesto Dornelles no estudo das religiões afro-brasileiras. Como fundamentação teórica tratou-se do conceito e importância do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e a discussão da Lei nº 10.639/03, um dos balizadores da constituição de uma educação antirracista no cotidiano escolar. Como metodologia, foi realizada uma entrevista com seis alunos participantes. A questão que norteou a entrevista levou em conta principalmente o significado para eles do estudo de um dos principais elementos da cultura afro-brasileira. Conclui-se que os alunos compreendem que o estudo das religiões afro-brasileiras atua como forma de combater o racismo e de exaltar a história e cultura do povo negro para a nossa sociedade.

Palavras-chave: Cultura afro-brasileira, Lei nº 10.639/2003, Racismo, Relações étnico-raciais, Educação.

Abstract: This article presents a reflection and understanding of high school students from the Technical School Senator Ernesto Dornelles the study of african-brazilian religions. As a theoretical foundation treated the concept and importance of teaching history and Afro-Brazilian Culture and discussion of Law nº. 10.639/03, one of the hallmarks of the constitution of an anti-racist education in daily school. As methodology, the interview with participants 6 students was used. The question that guided the interview took into account primarily the meaning for them of the study of one of the main elements of african-brazilian culture. We conclude that students understand that the study of african-brazilian religions act in order to combat racism and to exalt the history and culture of black people to our society.

Keywords: African-brazilian culture, Law nº 10.639/2003, Racism, Racial ethnic relations, Education.

Introdução

Este artigo que, se propõe a refletir sobre a compreensão dos alunos do Ensino Médio no estudo das religiões afro-brasileiras, consolida minha experiência de estágio supervisionado II, em uma turma do primeiro ano, no turno da tarde, na Escola Técnica Estadual Senador Ernesto Dornelles, localizada no Bairro Centro Histórico, em Porto Alegre. A turma era composta por 38 alunos no caderno de chamada, contudo nas aulas normalmente estavam presentes entre 18 e 22 alunos.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato: lueci22@yahoo.com.br

A Escola oferece o Ensino Médio Politécnico e Cursos Técnicos Profissionalizantes. Logo, na primeira semana de observação em sala de aula, período que faz parte do estágio supervisionado, pude ver que muitos alunos da turma de primeiro ano concluíram o Ensino Fundamental em outras escolas, geralmente na escola localizada no seu bairro de origem. Destaca-se aqui que poucos moram próximos à escola que fica na região central de Porto Alegre. A maioria dos alunos mora em regiões mais distantes, porém escolheram a Escola por terem a intenção de fazer um dos cursos profissionalizantes que a escola oferece, também pela escola de seu bairro de origem não oferecer o Ensino Médio, como também por ser um facilitador pela procura de um estágio remunerado, pois a Escola Ernesto Dornelles está localizada na região central da cidade.

Na apresentação do Programa de Conteúdos das séries correspondentes ao Ensino Médio, pude verificar a ausência dos conteúdos sobre História e Cultura Afro-Brasileira, não apenas na disciplina de História, mas também nas áreas de Educação Artística e de Literatura. Isso virou um ponto para reflexão da prática de estágio de docência, pois a escola abarca a juventude e falar da juventude é trabalhar com a diversidade. Então, por que não incluir essa temática e discussão na minha proposta de estágio de docência no Ensino Médio? Por que não propor algo diferente que desenvolva e fortaleça espaços para uma reflexão-ação no cotidiano escolar, que leve, principalmente, a uma construção e vivência de práticas antirracistas e antidiscriminatórias, não deixando de ressaltar a Lei Federal nº 10.639 de 2003?

Então, a partir das aulas sobre os elementos da Cultura Afro-Brasileira, refletimos sobre a cultura legada por um povo que passou e ainda passa por ações discriminatórias e problematizamos os olhares. Dessa forma, o aluno foi convidado a responder uma questão que abrangeu o significado para ele, o que aprendeu e se aprendeu sobre as religiões afro-brasileiras é aprender história.

O resultado dessa compreensão está descrito logo a seguir, mas que fique claro que o objetivo dessa experiência foi cumprido, principalmente na perspectiva de uma educação crítica, de maneira a tocar de forma sensibilizante em assuntos com vistas à superação do racismo e do preconceito na comunidade escolar.

Ensino de História, Racismo e Educação das Relações Étnico-Raciais

Como forma de dar um maior embasamento à temática discutida, abordarei aqui a discussão da Lei Federal 10.639, de 9 de janeiro de 2003, em sua proposição política de combate ao racismo e às discriminações raciais no âmbito dos sistemas de ensino, além de trazer a importância do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e o cotidiano escolar.

Os Caminhos da Lei Nº 10.639: Implementação e a Qualificação de Professores em Procedimentos Didático-Pedagógicos

A lei nº 10.639/2003 (Anexo A) é o resumo de uma longa caminhada de lutas, engajamentos e projeções de um segmento social atualmente denominado como Movimento Negro Organizado (MNO). No dia 9 de janeiro de 2003, o Presidente da República sancionou a Lei 10.639/03 alterando a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial das redes de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dar outras providências.

Como complementa Oliveira (2008):

Ela torna obrigatório, entre outras proposições, nos currículos escolares o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade brasileira. Penso que, à luz de uma história de 500 anos de Brasil, é um convite para repensar configurações naturalizadas pelo espírito cultural ocidental, que delineou a tônica do modo pelo qual fomos constituídos como civilização.

A Lei 10.639/03 é fruto deste trabalho e da sociedade, pois referenda uma conquista histórica, de ativistas e militantes, que há muito vem trabalhando para efetivação de políticas afirmativas. Demanda esta que, após sua legalização apresenta-se como política obrigatória para todas as escolas da rede escolar brasileira. Também podemos dizer que a mesma se vincula a medidas afirmativas, de caráter inconclusivo, “[...] a da preservação e a valorização da memória afro-brasileira”. (MACEDO, 2012, p. 32).

Destaca-se que a referida Lei sancionada em 2003 foi regulamentada em 2004 através do Parecer nº CNE/CP. 003/2004, aprovado em 10 de março de 2004, do Conselho Nacional de Educação que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Culturas Afro-Brasileiras e Africanas. Este documento se constituiu em uma referência pedagógica nos aspectos da formação docente, dos currículos, das práticas docentes e, especialmente, na sua proposição política de combate ao

racismo e às discriminações raciais no âmbito dos sistemas de ensino. Em um de seus trechos, constatei que:

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com esta medida, reconhece-se que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e a seus direitos. A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, dizem respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004, p. 8).

Dessa forma, é importante ressaltar um entendimento de ampliar o foco dos currículos escolares, levando em conta a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Por isso, nesta perspectiva, cabe às escolas a inclusão no contexto dos estudos e atividades, proporcionando diariamente o conhecimento sobre as contribuições histórico-culturais do povo negro.

É importante destacar aqui que a relatora deste Parecer foi a Professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, que por indicação do Movimento Negro, foi conselheira da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, mandato 2002-2006. Atualmente ela é docente no Departamento de Metodologia do Ensino e no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. É pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros NEAB/UFSCar e milita em grupos do Movimento Negro. Menciono a professora Petronilha, pois a mesma participa ativamente da produção de conhecimentos e da construção de políticas públicas, com vasta participação em eventos científicos em todo o Brasil, na América Latina, África e Europa.

É necessário ter clareza que o art. 26^a acrescido a Lei 9.394/1996 instiga bem mais do que a inclusão de novos conteúdos. A mesma exige que se repensem as relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino condições oferecidas para aprendizagem, “objetivos tácitos e explícitos da educação oferecida pelas escolas”. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004, p. 8).

Ou seja, ao que tudo indica, a lei considerou que era necessário não somente introduzir o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos ensinos Fundamental e Médio, como também qualificar os professores para ministrarem esse ensino. A legislação federal, segundo o nosso entendimento, é bem genérica e não se preocupa com a implementação adequada do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. Ela não estabelece metas

para implementação da lei, não se refere à necessidade de qualificar os professores dos ensinos Fundamental e Médio para ministrarem as disciplinas referentes à Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, menos ainda, o que é grave segundo nosso entendimento, à necessidade de as universidades reformularem os seus programas de ensino e/ou cursos de graduação, especialmente os de licenciatura, para formarem professores aptos a ministrarem ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2005, p. 33).

Isto é, deve haver condições oferecidas para a aprendizagem com o objetivo de capacitar professores em procedimentos didático-pedagógicos aplicáveis em História Africana e Cultura Afro-Brasileira, e estas iniciativas devem partir de secretarias Municipais de Educação e de Universidades. A UFRGS, através do Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (DEDS), teve essa iniciativa em 2013 através de uma ação de extensão à distância de capacitar professores de oito redes municipais de ensino, localizadas em Porto Alegre e municípios da região metropolitana.

É preciso sempre recordar que os movimentos sociais negros, como também muitos intelectuais engajados na luta antirracista, levaram muitos anos para conquistar a obrigatoriedade do estudo da história do continente africano e dos africanos, na luta dos negros no Brasil, da cultura negra brasileira e do negro na formação da sociedade nacional brasileira.

Contudo, temos que ressaltar que torná-los obrigatórios, embora seja condição necessária, não é condição suficiente para sua implementação de fato. Ou seja, é necessário reforçar sempre que a pressão sobre os governos municipais, estaduais e federal para que esta Lei seja executada, para que não se transforme numa Lei “esquecida” do nosso sistema jurídico.

Ensino de História, Cultura Afro-Brasileira e Cotidiano Escolar

Os africanos, quando chegaram ao Brasil, passaram a conviver com diversos grupos sociais, como portugueses, crioulos, indígenas e africanos originários de diferentes partes da África. Nessa grande mistura social, os mesmos tentavam a garantia de sobrevivência, estabelecendo relações com seus companheiros de cor e origem, passando a construir espaços para a prática da solidariedade e recriando sua cultura e visões de mundo. Dessa forma, integraram irmandades católicas, praticaram o islamismo, o candomblé e reuniram-se em batuques e capoeiras. (MATTOS, 2009).

Diante disso, os africanos influenciaram profundamente a sociedade brasileira e deixaram contribuições importantes para o que hoje denominamos de cultura afro-brasileira.

Dizendo de outra forma, estamos, de um lado, nos referindo aos modos de ser, de viver, de organizar suas lutas, próprios dos negros brasileiros, e de outro lado, às marcas da cultura africana que, independentemente da origem étnica de cada brasileiro, fazem parte do seu dia-a-dia. [...] Feijoada, samba, capoeira resultaram de criações dos africanos que vieram escravizados para o Brasil, bem como de seus descendentes, e representam formas encontradas para sobreviver, para expressar um jeito de sentir, de construir a vida. Assim, uma receita de feijoada, vatapá, ou de qualquer outro prato, contém mais do que a combinação de ingredientes, é o retrato de busca de soluções para a manutenção da vida física, de lembrança dos sabores da terra de origem. Do mesmo modo, a capoeira, hoje um jogo cujo cultivo busca o equilíbrio do corpo e do espírito, nasceu como instrumento de combate, de defesa (SILVA, 2005, p. 155).

Para a autora, o estudo da cultura afro-brasileira tem um significado de compreensão e de conhecer os trabalhos e a criatividade dos africanos e de seus descendentes no Brasil, “[...] de situar tais produções na construção da nação brasileira”. (SILVA, 2005, p. 156).

A importância da aprendizagem da cultura afro-brasileira ou “africanidades” (SILVA, 2005), no meio escolar, está no propósito que se valorizem igualmente as distintas e diversificadas raízes das identidades dos diferentes grupos que constituem o povo brasileiro; que procurem a compreensão e ensinem a respeitar diferentes modos de ser, viver, conviver e pensar; que se discutam as relações étnicas, no Brasil, e analisem a perversidade da assim designada “democracia racial” (SILVA, 2005, p. 157); que se encontrem maneiras de levar e refazer concepções relativas à população negra, forjadas com base em preconceitos, que subestimam sua capacidade de realização e de participação da sociedade; que se identifiquem e ensinem a manusear fontes em que se encontram registros de como os descendentes de africanos estão, nos quase 500 anos de Brasil, construindo suas vidas e sua história, no interior do seu grupo étnico e no convívio com outros grupos; que permitam aprender a respeitar as diferentes expressões culturais negras que, juntamente com as demais de diferentes raízes étnicas, compõem a história e a vida de nosso país e, por último, que se situem histórica e socialmente as produções de origem e/ou influência africana, no Brasil, e proponham “[...] instrumentos para que sejam analisadas e criticamente valorizadas”. (SILVA, 2005, p. 157).

Como percebemos a importância na aprendizagem no cotidiano escolar nos lançam desafios para que a atuação do educador perante seus alunos seja de incentivar a ampliação ou reformulação de suas concepções prévias, orientando-os a pesquisar, debater, trocar ideias e argumentar com estas ideias.

A partir do ano de 2003, a Lei Federal nº 10.639 tornou obrigatório o ensino da História e Cultura da África e dos afrodescendentes no ensino Fundamental e Médio e já sabemos que não foi uma decisão unilateral de cima para baixo, mas o atendimento de uma reivindicação

encaminhada pelos movimentos sociais. O objetivo é romper com o silêncio que persiste nos currículos tradicionais e ampliar o espaço da África e dos africanos na memória coletiva do Brasil, que é considerado o país de maior população afrodescendente do mundo. (MACEDO, 2013). Como se tem conhecimento, muitas escolas ainda não incluíram a temática de História e Cultura da África em seus currículos. Uma relação com este fato pode ser feita em Silva (2008, p. 97), que menciona:

O legado da sociedade escravista reflete, ainda hoje, um rastro de injustiça. O local onde podem vir a ocorrer mudanças na forma de combater essas injustiças é o ambiente escolar. Acontece que o ambiente escolar, tradicionalmente concebido, não está preparado para tratar dessas questões porque continua sendo representante de um modelo pedagógico de transmissão cultural que necessita ser revisto com urgência.

No entendimento do autor, as instituições do sistema educacional acabam por negar formalmente o acesso ao conhecimento em sua expressão de diversidade, étnico-cultural, ao fazer “[...] repercutir a noção de existência no Brasil de racismo velado, ancorado num pretenso discurso democrático”. (SILVA, 2008, p. 97).

Então, a pergunta que se faz é: quais conteúdos deverão ser selecionados para o reconhecimento e a valorização da História e das Culturas Afro-Brasileiras? A resposta estará direcionada àqueles que criem possibilidades de combate racismo, às discriminações e preconceitos, propiciando o desenvolvimento de atitudes, valores e, principalmente, o respeito aos direitos humanos.

Os conteúdos disciplinares poderão contribuir para a desconstrução de equívocos e preenchimentos das lacunas deixadas pela historiografia oficial quanto à trajetória histórica do povo negro no Brasil, como também quanto aos povos africanos, aos quais nós, brasileiros, estamos ligados pelos laços da história e da ancestralidade. O reconhecimento dos elos existentes entre a História do Brasil, a História da África e suas culturas, certamente levará ao reconhecimento e valorização das africanidades presentes na cultura brasileira. (ROCHA, 2009, p. 24).

Este reconhecimento é fundamental para que o Brasil atue na construção, sem fragmentações, de sua verdadeira identidade e se fortaleça como nação.

Outro desafio a se vencer pelo professor é o de aceitar mudanças de postura e se posicionar como um aprendiz quanto ao tema racial. É necessário que o professor estude e revise os conteúdos referentes à temática de História e Cultura Afro-Brasileira, estando aberto e receptivo aos novos conhecimentos no sentido de completar sua formação universitária. Para Rocha:

[...] é essencial estar bem preparado ética e pedagogicamente, dominar os conteúdos, as habilidades, as capacidades, as competências, os instrumentos e os valores que possam

garantir aprendizagens prazerosas para todos(as) os(as) educandos(as). Portanto, a Escola deve investir na construção de uma pedagogia anti-racista, voltada para a afirmação das identidades negras em suas diferenças. Para isto, terá como objetivo consolidar uma cultura escolar cotidiana de reconhecimento e respeito às diversidades, às peculiaridades, e ao repertório cultural do povo negro, sem hierarquizá-los (ROCHA, 2009, p. 25).

Dessa forma, somente assim, a educação se tornará um espaço inclusivo e de disseminação, junto à comunidade em geral, “[...] do imaginário de racismo presente na sociedade brasileira e da urgência de se construírem estratégias de luta contra as suas formas de manifestação, principalmente no ambiente escolar”. (ROCHA, 2009, p. 26).

É importante que se lembre que a educação é uma importante ferramenta no sentido de perpetuar as tradições, há muito tempo consolidadas. Para Silva:

No entanto, uma perspectiva de educação crítica leva em conta a necessidade de uma constante problematização, estabelecendo condições para o surgimento de um saudável conflito de ideias, visando a aprimorar as relações sociais nessa nossa sociedade plural, **inclusive no que tange à questão religiosa, donde historicamente religiões de matriz africana foram tratadas como caso de polícia**, até pouco mais da metade do século passado (SILVA, 2008, p. 101).²

Com isso, deve-se levar em conta que o sincretismo religioso estabelecido no nosso país é uma demonstração de assimilação cultural a que muitas comunidades, especialmente a negra, foram submetidas devido ao preconceito e ao racismo. E pensando na questão religiosa, é que me volto para contextualizar este estudo.

O Contexto das Falas e Olhares: Estágio de Docência em História

Nas aulas ministradas do estágio de docência dos dias 26 de junho, 3 de julho e 10 de julho de 2014 o assunto foi cultura afro-brasileira, onde foram trabalhados três elementos: a religiosidade, capoeira e movimento hip-hop, respectivamente. Os focos em questão foram a intolerância religiosa, o preconceito e as letras de canções usadas como forma de contestação e denúncia contra o racismo e desigualdades sociais.

Para as três aulas foi utilizado o manual de História e Cultura Afro-Brasileira, de autoria de Regiane Augusto de Mattos (2009), que foi pensando e elaborado de forma didática tanto para os professores, quanto para alunos, funcionando como um guia esclarecedor e abrangente. Mas além da utilização desse guia esclarecedor e abrangente, foi necessária a leitura de outras obras

² Grifos do autor.

que retratam e refletem muito bem sobre a contribuição do povo negro para a nossa sociedade, bem como ressaltar sua resistência e denúncia da exclusão social e destacar a história e a identidade dos negros. São eles: o artigo de Juarez Dayrell, intitulado como “O rap e o funk na socialização da juventude” e o trabalho de conclusão de curso de autoria de Simone Ribeiro, intitulado “Uma pedagogia em movimento: contribuições da capoeira na construção da autonomia”.

O professor, ao abordar os conteúdos de cultura afro-brasileira, deve fazer antecipadamente uma reflexão e ter uma posição pessoal, pois isso é fundamental, principalmente, quando a temática será religiosa.

Os temas da diversidade religiosa, da tolerância, do estado laico e das liberdades laicas, da liberdade de consciência e de crença, são questões que exigem reflexão e posição pessoal. Uma professora precisa refletir sobre seus valores e opiniões acerca destes temas mais do que outros profissionais, pois sua função é educar, seu exemplo e opiniões têm influência sobre seus alunos. (RAMOS; KAERCHER, 2013, p. 119).

Para a aula de Cultura Afro-Brasileira – Religiosidade, dentre tantas práticas religiosas, abordei apenas o candomblé, umbanda e batuque, onde destaquei suas características, como são praticados seus cultos e semelhanças com outras religiões praticadas em nosso país. Um momento que vale destacar da aula foi a surpresa de alguns alunos em “descobrir” que a umbanda agregava elementos do espiritismo kardecista e do catolicismo, inclusive, comemorando algumas datas festivas concomitantemente com as da Igreja Católica. Mas nessa aula foi possível uma discussão, levando em conta cinco conceitos escritos em letras grandes em cartazes que foram fixados ao redor da sala. Os conceitos eram aqueles que mais estavam relacionados no tocante à questão da intolerância religiosa, como: preconceito, perseguição religiosa, estereótipo, laicidade e racismo. A partir da relação possibilitada por estes conceitos e das experiências sociais de cada um, pode-se iniciar um diálogo com esse cotidiano escolar, onde os alunos puderam dar relatos de preconceitos que eles mesmos e suas famílias já haviam sofrido por praticarem religiões de matriz africana. O fato de terem colocado o relato de suas experiências sociais foi muito importante para a discussão e por dar uma abertura para que pudessem ser entrevistados posteriormente, dando seu ponto de vista quanto à questão proposta (APÊNDICE A).

Não mencionei anteriormente, mas os seis alunos que participaram da questão proposta da entrevista não foram escolhidos por acaso. Estes foram os alunos que se propuseram desde o

início a trazer importantes elementos ao debate que estava se desenvolvendo. A contribuição que estes deram foi no sentido de enriquecer o debate da intolerância religiosa. Estes por iniciativa própria, sendo que não estavam em avaliação, trouxeram para a discussão em sala de aula características e origens de tradições religiosas como o *Vodu* e *Wicca*. Queriam falar sobre estas, principalmente por muitas pessoas não as conhecerem e por ter por elas conhecimentos “infundados”, como um dos alunos entrevistados afirmou.

Falando um pouco destes alunos entrevistados, vale destacar que os mesmos têm idade que variam de 15 a 16 anos, nenhum destes mora no bairro onde está localizada a Escola. A maioria mora na Zona Sul de Porto Alegre e dois na Zona Leste. A estudante 5 (denominação atribuída para manter o anonimato dos alunos), de 15 anos, é a única do grupo que trabalha. Mesmo trabalhando, a mesma era muito participativa em sala de aula e com uma boa escrita. O estudante 1, que não largava do celular de jeito nenhum, sempre auxiliava na aula fazendo consultas na internet pelo seu celular mesmo. Sim, usamos o celular a favor da aula. Alguns colegas o chamavam de guri mais popular da escola. A estudante 2 era muito comunicativa, leitora das obras sobre *Wicca* e bem descolada. O estudante 3 era muito participativo, o aluno que sentava bem na frente da professora e sempre tinha uma contribuição para os assuntos trabalhados em aula, desde o início da prática de estágio. O estudante 4, no começo, parecia um pouco distante, o mais sério, mas depois de umas aulas já conversava com todos, sempre participando em alguma discussão em sala de aula. O estudante 6 chegou um pouco depois de iniciada minha prática de estágio. Veio transferido de outra escola de Ensino Médio, uma das maiores do Estado. Como frequentador já há alguns anos de rodas de capoeira, trouxe para o debate em sala de aula as principais características desta, fazendo uma ótima apresentação do tema.

Dessa exposição de características acima que fiz dos alunos informantes da pesquisa, só tenho a acrescentar que com suas contribuições em sala de aula foi possível estabelecer condições para um aprimoramento de ideias, de questionamento e diálogo.

Este foi um momento que percebi a importância da Lei nº 10.639/2003, pois a mesma “[...] implica na abertura de espaços para o questionamento do fazer pedagógico de todo o sistema de ensino que, historicamente, construiu sua estrutura sob bases sociais que excluem a população afrodescendente”. (SILVA, 2008, p. 94).

Portanto, a experiência de estágio contribuiu para que a escola fortaleça sua função social, escolhendo um dialogismo com o cotidiano escolar como fator de articulação. E esse dialogismo possibilitou compreensões diferentes, como reflexões também foram possibilitadas. E esta compreensão está traduzida em palavras descritas a seguir.

Procedimentos Metodológicos para a Escuta dos Jovens

Tratou-se de um estudo de cunho qualitativo, realizado sob a forma de um estudo exploratório. Optou-se pela abordagem qualitativa, devido a mesma ressaltar um processo de interpretação e reflexão das informações coletadas sobre a compreensão dos alunos no estudo das religiões afro-brasileiras. E torna-se fundamental que a mesma seja “[...] apresentada de forma descritiva”. (OLIVEIRA, 2005, p. 41).

Com relação ao estudo exploratório, Gil (2009), explica que seu objetivo principal envolve o aprimoramento de ideias, além de envolver um levantamento bibliográfico. Além disso, “[...] esse tipo de estudo se constitui em um primeiro passo para a realização de uma pesquisa mais aprofundada”. (OLIVEIRA, 2005, p. 72). Com isso, a opção pelo tipo de estudo e abordagem me remete para um estudo mais aprofundado futuramente.

A entrevista foi utilizada como forma de coleta das informações.

Apresentação das Informações

A seguir são apresentadas as informações coletadas por meio da entrevista (APÊNDICE A). Para fins de organização e para manter o anonimato dos seis alunos que participaram da entrevista, utilizei a seguinte denominação:

- Estudante 1;
- Estudante 2;
- Estudante 3;
- Estudante 4;
- Estudante 5;
- Estudante 6.

A questão a ser respondida era: Qual o significado (valor/importância) do estudo das *religiões afro-brasileiras* nas aulas de História ministradas pela professora estagiária?

- O que aprenderam?
- Estudar isso é aprender História?

Vejamos a resposta dos alunos:

Estudante 1:

O estudo das religiões afro-brasileiras nas aulas de história ministradas pela professora foi importante para conhecermos um pouco mais sobre a história em geral e suas diferentes áreas culturais, resgatando um pouco das origens sociais e mostrando a importância das conquistas de uma raça. [...] tendo uma influência importante na formação social em geral. Esse tipo de estudo é muito importante nos tempos atuais, pois ainda presenciamos muitos preconceitos raciais e exaltar a história das religiões afro-brasileiras é mais uma forma de combater o preconceito.

Estudante 2:

Bom, vejo que há um valor muito importante em estudar religiões afro-brasileiras, pois isso pode acabar parcialmente com os estereótipos que a sociedade ao passar dos anos acabou criando com os negros. [...] O estudo sobre isso não deveria ser apenas para alunos do 1º ano do Ensino Médio, pois seria maravilhoso se crianças do Fundamental aprendessem sobre isso. Talvez estaríamos reformulando nossa sociedade de uma forma não perfeita, claro, mas deixando claro que os negros e suas religiões não são do mal.

Estudante 3:

Este estudo é importante para quebrar séculos de preconceito racial advindos dos anos de escravidão [...]. Todos temos nossa cultura e costumes, e durante muitos anos essa cultura riquíssima vinda da África foi discriminada com preconceitos infundados ou pura ignorância sem necessidade. [...] Isso para mim é estudar a história, uma vez que metade da África tem muito mais cultura que toda a Europa junta.

Estudante 4:

Eu achei um estudo muito interessante, pois com ele aprendemos sobre novas culturas e religiões diferentes, como o Candomblé. São religiões parecidas com a que mais conhecemos (Cristianismo), só que cada uma com as suas variações, crenças, algumas comemoram algumas datas do Cristianismo. Eu nunca tinha estudado sobre tais religiões e gostei de aprender sobre uma outra cultura. [...] aprender sobre outros países e outras pessoas que não sejam do Brasil também faz parte para entender a História.

Estudante 5:

É muito importante estudar sobre as religiões afro-brasileiras, pois assim aprendemos tudo como realmente funciona, aprendemos um pouco de cada uma delas e assim também tiramos nossas dúvidas sobre 'tais' histórias que a sociedade inventa na maioria das vezes, como por exemplo, o vodú, que conhecemos como uma religião que pratica o mal, quando na verdade não é bem assim que funciona. [...] Essas religiões sofrem com o preconceito da sociedade e temos que ter em mente que devemos respeitar cada religião, principalmente quando não conhecemos seus princípios e seus valores,

devemos nos informar antes de fazer qualquer crítica sobre tal assunto só porque ‘ouvimos falar’. E para mim, estudar sobre as religiões afro-brasileiras é aprender história, pois é importante que saibamos a origem de tudo isso e esse é um papel que a história exerce.

Estudante 6:

O estudo sobre as religiões afro-brasileiras é de suma importância, afinal, grande parte dos nossos descendentes são de origem afro. Aprendi muitas coisas que antes eu não sabia, tipo: eu não sabia que na África falavam vários tipos de língua, muito menos que falavam francês. [...] E aprender história é estudar fatos históricos que marcaram determinada época ou momento, então, sim, isso que nós estamos aprendendo com a professora [...] é estudar história.

A partir das respostas dos alunos à questão proposta, segue uma reflexão geral da compreensão que os mesmos tiveram durante as aulas.

Tecendo Análises a Partir das Respostas dos Jovens

Após os conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileira terem sido incluídos na proposta de ensino do estágio, foi sentido pela fala dos alunos que o estudo das religiões afro-brasileiras, esse saber, esse conhecimento sobre as mesmas atua de forma a lutar contra o racismo, preconceito, discriminação e de forma a exaltar a história do povo negro, bem como incorporar a cultura, a situação de marginalizado e seus reflexos,

[...] ao traçar constantes diálogos entre o tema étnico-racial e os demais conteúdos trabalhados na escola, o que estabelecerá maior interlocução entre a vida diária dos(as) estudantes, suas condições de vida e as situações de desigualdade por muitos enfrentadas na sociedade e na escola. (ROCHA, 2009, p. 27).

Desta forma, as aulas de cultura afro-brasileira acabaram por propiciar aos alunos posicionamentos mais críticos, por meio da contextualização e do aprendizado de novos conceitos, resultado da análise de fatores sociais, que foi o que aconteceu, pois os mesmos relataram suas experiências sociais, bem como afirmaram que devemos respeitar cada religião, juntamente com seus princípios e valores e, principalmente, não desrespeitar e agir preconceituosamente quando desconhecemos os princípios e características dessas religiões. Foi como disse o estudante 3 (2014): “Durante muitos anos essa cultura riquíssima vinda da África foi discriminada com preconceitos infundados ou pura ignorância”.

Na descrição acima, fica evidente um clima favorável de respeito às diferenças. Como afirma Rocha (2009, p. 28):

O desenvolvimento de um clima organizacional favorável à formação sistemática da comunidade escolar quanto à educação das relações étnico-raciais e o respeito às diferenças, no qual sejam abolidos do cotidiano apelidos depreciativos, situações vexatórias de discriminação e racismo, assim como as falas de desrespeito e desvalorização, relativas às questões de gênero, religiosidade, orientação sexual, idade, raça, etnia, serão outro aspecto a ser observado sistematicamente.

Como foi aberta a possibilidade de espaço de uma construção que priorize uma visão positiva das diferentes culturas, temos que aproveitar deste mesmo espaço para edificar entre alunos e professores relações mútuas de respeito entre as diferentes identidades.

Já a estudante 2 (2014) destaca que:

O estudo sobre isso não deveria ser apenas para alunos do 1º ano do Ensino Médio, pois seria maravilhoso se crianças do Fundamental aprendessem sobre isso. Talvez estaríamos reformulando nossa sociedade de uma forma não perfeita, claro, mas deixando claro que os negros e suas religiões não são do mal.

Quando ela usou a expressão “reformulando”, como ela mesma disse, que só vinha essa palavra na sua mente, pensou-se: será que seria no sentido de uma reconstrução? Será que teria um sentido de readaptação? Sigo no pensamento de “preparo”, ou melhor dizendo: que este indivíduo está em formação para desde cedo conhecer temas que historicamente são marcados pelo preconceito e fazer com que este em sua caminhada escolar respeite as diferenças, credos e etnias e saiba das contribuições que o povo negro trouxe para a formação da nossa sociedade.

Houve também aqueles “surpresos”, como o estudante 4 (2014), por encontrar no estudo de uma das práticas religiosas afro-brasileiras a semelhança com o espiritismo e com elementos do catolicismo. Ele afirma que gostou de aprender sobre “uma outra cultura”, justamente por não ter conhecimento sobre.

A recepção desde o princípio de iniciação dos conteúdos de cultura afro-brasileira foi positiva e é partir daí, que destaco e ressalto o diálogo. Esse dialogar com o cotidiano escolar foi um instrumento de inclusão e interação de assuntos, antes ausentes dos conteúdos disciplinares, mas presentes durante o estágio de docência, possibilitando uma experiência positiva de prática para a educadora e, igualmente, na vida dos educandos.

Considerações Finais

A Escola é um espaço público e local de promoção do pensamento crítico. O professor deve sempre levar em conta que ensinar História é mais do que transmitir conhecimentos, mas um momento de criar possibilidades de reflexão, pois a mesma tem em sua composição uma integração de diversas culturas e particularidades. Tendo em vista a aproximação com esse contexto, o que se procurou aqui foi extrair desse espaço de trocas culturais um diálogo com o cotidiano escolar, na perspectiva de contribuir para mudanças na sociedade e, principalmente, de formação da cidadania.

Devemos ter em mente que a escola é uma das instituições sociais de construção e veiculação do racismo. E se a escola está inserida nessa cultura é esperado que se veja dentro dela cenas de racismo, ou seja, momentos em que brancos reproduzem os valores que foram ensinados a ter em relação aos negros e momentos nos quais negros reproduzem a submissão ao preconceito e à humilhação de que são vítimas.

Dessa forma, o tecer falas e o problematizar olhares foram no sentido de criar um ambiente de diálogo, levando em conta a valorização das experiências sociais dos alunos em relação aos elementos da cultura afro-brasileira, especificamente a religião, dentre essa dimensão que influenciou profundamente, deixando importantes contribuições para a sociedade brasileira. Já a compreensão, retratou e expôs a capacidade do aluno de entender o significado e importância do estudo das religiões afro-brasileiras ministrados durante o estágio do Ensino Médio.

O resultado foi falas com importantes reflexões por parte dos alunos entrevistados. Alguns destacaram que este estudo foi importante por conhecerem um pouco mais sobre a história e cultura afro-brasileira, além disso, ponderaram esse resgate das origens sociais e a influência na formação social em geral. Eles entendem que o preconceito racial está enraizado na sociedade e exaltar a história das religiões afro-brasileiras é uma forma de combater esse preconceito, valorizando a cultura do povo negro. Aqui, recordemos da Lei nº 10.639/03, pois para garantir a educação de qualidade para todos deve se passar pelo reconhecimento e pela valorização da diversidade étnico-racial e cultural do povo brasileiro (LOPES, 2009), com destaque para o negro, ou seja, cada vez mais, há a necessidade de refletir sobre a diversidade sociocultural e a criação de mecanismos institucionais para superar a desigualdade étnico-racial, presente nos diferentes níveis de ensino da educação brasileira.

Não se pode deixar de mencionar o valor de aprender, destacada por outro aluno, que está em acabar com rótulos direcionados às religiões afro-brasileiras que a sociedade criou. Para

acrescentar, ela ressalta ainda que a temática da história e cultura afro-brasileira deveria estar presente desde o ensino Fundamental para que as crianças cresçam “reformulando” nossa sociedade e desmistificando os estereótipos.

Mas o mais importante aqui foi sentir que os alunos tiveram a compreensão que este estudo serviu para refletir sobre os séculos de preconceitos advindos da escravidão, que serviu para aprender sobre religiões que antes não tinham conhecimento, mas que acabaram por ver que estas mesmas têm semelhanças tão próximas com o Cristianismo.

Conclui-se, então, que a compreensão destes alunos foi ao encontro do que se desejava, principalmente quando estamos falando de promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica; cidadãos com uma consciência viva e ativa e com um pensamento crítico contribuindo para uma educação antirracista.

Referências

BRASIL. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em: 28 jun. 2014.

DAYRELL, Juarez. O rap e o funk na socialização da juventude. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 117-136, jan./jun. 2002.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2009.

LOPES, Vera Neusa. História e cultura afro-brasileira. *Revista do Professor*, Porto Alegre, ano: 25, n. 25, p. 13-17, jul./set. 2009.

MACEDO, José Rivair. *História da África*. São Paulo: Contexto, 2013.

MACEDO, José Rivair. Os educadores em face da legislação antirracista: o desafio necessário. In: BITTENCOURT JUNIOR, Iosvaldyr Carvalho; SABALLA, Viviane Adriana (Org.). *Procedimentos Didáticos-Pedagógicos Aplicáveis em História e Cultura Afro-Brasileira*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. p. 29-34.

MATTOS, Regiane Augusto de. *História e Cultura Afro-Brasileira*. São Paulo: Contexto, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. *Parecer nº CNE/CP 003, de 10 de março de 2004*. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-

Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>>. Acesso em: 5 jul. 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03*. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

OLIVEIRA, Maria Marly de. *Como fazer pesquisa qualitativa*. Recife: Edições Bagaço, 2005.

OLIVEIRA, Ronaldo Jorge R. de. Tecendo um olhar descolonizante: a Lei nº 10.639/2003 e suas possibilidades de pensar a diversidade. In: SANTOS, José Antônio dos; CAMISOLÃO, Rita de Cássia; LOPES, Vera Neusa (Org.). *Tramando falas e olhares, compartilhando saberes: contribuição para uma educação anti-racista no cotidiano escolar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 39-46.

RAMOS, Tanise Müller; KAERCHER, Gládis Elise Pereira da Silva. Educação para a diversidade na perspectiva étnico-racial: desafios para a construção de uma prática pedagógica antirracista na escola contemporânea. In: TONINI, Ivaine Maria; KAERCHER, Nestor André (Org.). *Curso de Aperfeiçoamento Produção de Material Didático para Diversidade*. 2. ed. Porto Alegre: Triunfal Gráfica e Editora; Editora da UFRGS, 2013. p.111-142.

RIBEIRO, Simone. *Uma Pedagogia em Movimento: contribuições da capoeira na construção da autonomia*. 2010. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000825122&loc=2012&l=772a7dcaa1ca83b4>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. *Pedagogia da Diferença: a tradição oral africana como subsídio para a prática pedagógica brasileira*. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

SILVA, Paulo Sérgio da. Chuta que é macumba. In: SANTOS, José Antônio dos; CAMISOLÃO, Rita de Cássia; LOPES, Vera Neusa (Org.). *Tramando falas e olhares, compartilhando saberes: contribuição para uma educação anti-racista no cotidiano escolar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Cap. 3, p. 95-104.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprendizagem e ensino das africanidades brasileiras. In: MUNANGA, Kabengele. *Superando o racismo na escola*. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

Anexo A – Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003

**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.

<u>Mensagem de veto</u>	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.
-------------------------	--

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182^o da Independência e 115^o da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 10.1.2003.